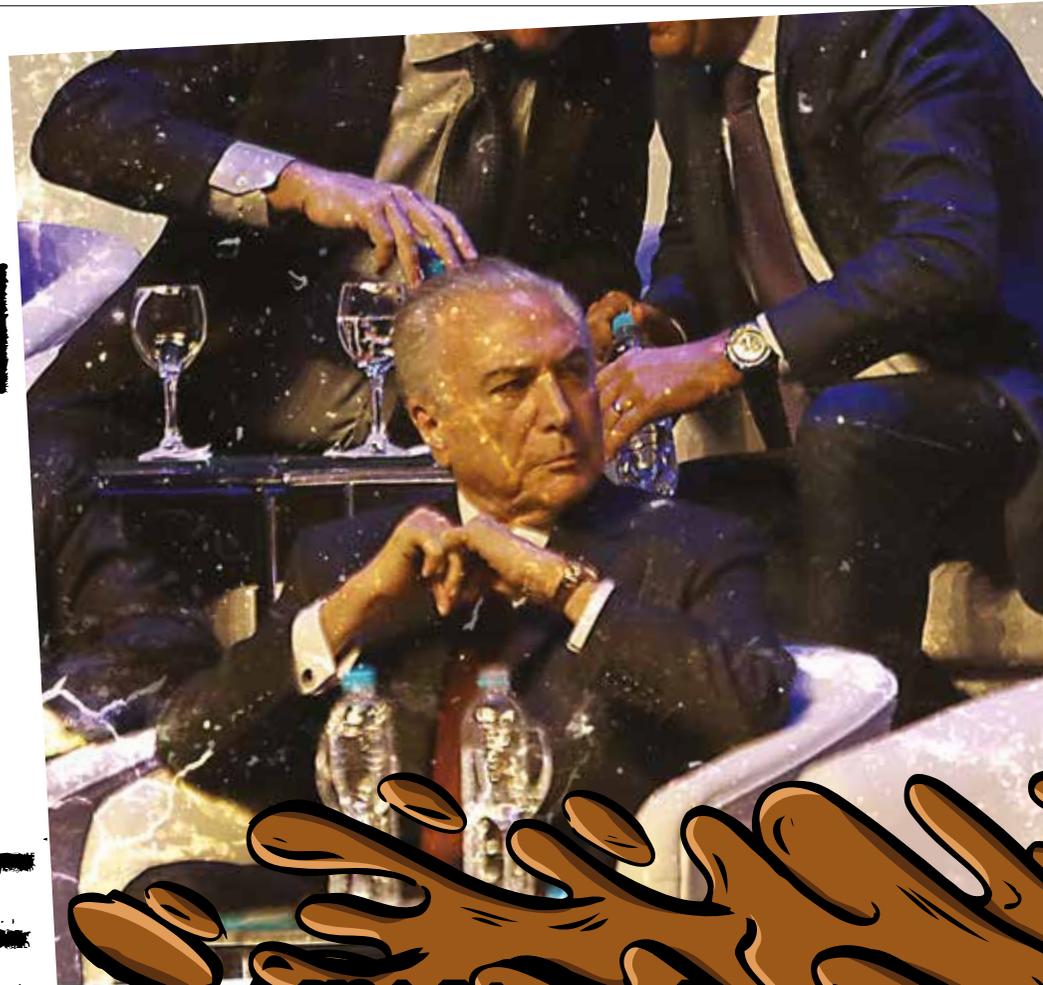


O QUE ELES NÃO CONSEGUIRAM NAS URNAS, ESTÃO FAZENDO COM O GOLPE



ALEX SILVA

EMPREGADOS JÁ SABIAM!

O desmonte dos bancos públicos foi defendido pelo candidato a presidente Aécio Neves (PSDB), em 2014. Armínio Fraga – anunciado como futuro ministro da Fazenda de Aécio –, declarou que talvez não sobrasse muito deles. Nós denunciamos no site do Sindicato (bit.ly/ArminioBcoPublico) e aqui no Nossa Luta (foto).

O projeto neoliberal, que prevê Estado mínimo e privatizações, perdeu nas urnas, mas foi imposto aos brasileiros por meio de um golpe jurídico parlamentar, com Temer, tucanos, Fiesp e banqueiros. E o desmonte da Caixa, BB e BNDES está sendo colocado em prática. Assim como leis que ferem a Constituição e aniquilam direitos trabalhistas.

Mais do que nunca, os bancários da Caixa tem de responder com mobilização, luta e resistência!



- PEC do Teto que reduz recursos da Saúde e da Educação

- A dita “reforma” trabalhista que acaba com a CLT

- Terceirização irrestrita (RH037 - bancários temporários)

- Desmonte dos bancos públicos

- Reestruturação na Caixa que reduz número de empregados, salários, programas sociais e crédito para a população

Pinocchio não vai impedir a mobilização

Retaliação da Caixa à participação dos bancários na greve geral de 28 de abril não intimidou empregados, que novamente pararam no dia 30 de junho; Sindicato entrou na Justiça contra descontos e classificação como “falta injustificada”

A direção da Caixa, empossada pelo governo Temer, não reconhece a greve como direito legítimo do trabalhador, previsto na Constituição Federal. A adesão dos empregados do banco às greves gerais de 28 de abril e de 30 de junho foi punida com descontos nos salários e classificação como “falta injustificada”, que resulta em prejuízos às carreiras dos bancários. “Não poderíamos esperar respeito às leis de uma gestão que foi escolhida por um governo golpista. Mas, mesmo com a retaliação à primeira paralisação, os empregados cruzaram

os braços na segunda, dando um claro recado: vamos manter a luta”, afirma o dirigente Renato Perez.

Após a greve de abril, o movimento sindical procurou o banco para reverter a punição. Houve protestos, tentativas de negociação e até mesmo o questionamento direto ao presidente do banco, Gilberto Occhi, durante Feirão da Casa Própria, em 26 de maio. O Sindicato já havia conquistado liminar proibindo o desconto, mas a Caixa desrespeitou. No Feirão, Occhi disse não ter autorizado o desconto e se comprometeu a reverter

a medida. “Ele não apenas não reverteu, como autorizou que o banco retaliasse novamente os empregados na greve seguinte, em 30 de junho. Faltou com a palavra e desrespeitou novamente os bancários”, denuncia o dirigente Chico Pugliese.

O Sindicato então recorreu à Justiça. A ação contra o desconto da greve de abril está sendo julgada na 16ª Vara do Trabalho, e teve sua primeira audiência no dia 20 de julho. O banco apresentou sua defesa e o Sindicato teve cinco dias úteis para apresentar a réplica. Após isso, a ação aguarda a decisão da juíza. A audiência contra a retaliação à



greve de junho ocorreu no dia 24 de julho, na 35ª Vara do Trabalho, e segue o mesmo trâmite da do dia 28, já que são similares. Acompanhe pelo www.spbancarios.com.br.

Bancários da Caixa sempre na defesa do país

Mobilização não é novidade para os empregados da Caixa. “Em 1985, lutamos pelo direito de nos organizarmos e pela jornada de 6 horas. No ano seguinte, conquistamos o direito de sermos reconhecidos como bancários e de lutar ao lado dos demais trabalhadores do setor financeiro”, lembra o dirigente sindical Danilo Perez.

Os anos 1990 também foram históricos, com combate às demissões do governo Collor (1990 a 1992) e a ameaça de venda do

banco no governo FHC (1995 a 2002). “Nossa organização foi fundamental para evitar a privatização da Caixa, perigo afastado com a eleição de Lula em 2002, que implantou um projeto de fortalecimento das estatais”, destaca o dirigente.

A partir de 2010, os empregados apoiaram a política de ampliação do crédito promovida pela então presidenta Dilma Rousseff. Para se ter uma ideia, o montante de operações de crédito no banco foi de R\$ 46 bi em 2002 (governo FHC) para R\$ 753 bi em 2015 (veja na página 4).

“A situação muda radicalmente a partir da segunda metade da década de 2010, quando começa o processo do golpe”, diz Perez.

“O governo Temer propõe e o Congresso aprova a Emenda Constitucional 95, que determina o congelamento dos recursos da União por 20 anos e, com isso, reduz investimentos em áreas estratégicas como Saúde e Educação. Aprova também a terceirização irrestrita, até mesmo nas atividades fim das empresas, e a ‘reforma’ trabalhista que acaba com direitos da CLT. Mais uma vez é hora de irmos à luta, como sempre fizemos, em defesa do Brasil e dos brasileiros.”

Entenda, participe, compartilhe!

CONTENCIOSO
essa dívida é da **CAIXA**

Você sabia que o maior fator de déficit da Funcef vem das dívidas trabalhistas da Caixa? É isso mesmo, o passivo trabalhista do banco (montante das ações que a Caixa perde na Justiça) está sendo cobrado do fundo de pensão dos próprios empregados, ao invés de ser pago pela Caixa. Isso já representava, em novembro de 2016, um prejuízo de R\$ 2,4 bi aos participantes da Funcef.

A diretora de Saúde e Previdência da Fenaec (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa), Fabiana Matheus, diz que se trata de uma sequência de injustiças. “Primeiro é uma injustiça individual, que é o desrespeito ao direito daquele empregado”, diz ela, referindo-se ao trabalhador que aciona a Justiça. “Depois é uma injustiça coletiva, porque todo o conjunto de participantes daquele plano acaba pagando.”

Fabiana destaca que a Funcef deveria cobrar que a Caixa pague sua dívida. Foi por isso que a Fenaec lançou a campanha Contencioso: essa dívida é da Caixa. Saiba mais pelo www.fenaec.org.br/pordentrodafuncef e participe!

Augusto Coelho/CEDOC



Empregados da Caixa em greve em 1995



SÓ A LUTA TE GARANTE

A mobilização dos empregados da Caixa e da sociedade é mais do que nunca necessária para barrar o desmonte do banco público, defender empregos e direitos

Só a luta te garante. O mote da Campanha Nacional Unificada 2016, que conquistou acordo válido por dois anos, é mais do que nunca atual e urgente. Diante das medidas de um governo golpista e corrupto e sua base aliada no Congresso, só a união, mobilização e resistência dos bancários da Caixa poderão fazer frente às tentativas de desmonte do banco público e aos ataques a seus empregos e direitos.

“A Caixa, que já extinguiu 5.863 postos de trabalho em um ano, acaba de anunciar um novo PDVE [Plano de Desligamento Voluntário Especial]

com o objetivo de alcançar mais de 5 mil trabalhadores. São medidas tomadas pela atual direção do banco com o objetivo de reduzir o tamanho e o papel do único banco 100% público no país. Uma instituição financeira que é fundamental para o desenvolvimento do país. Foi peça chave na implementação de programas sociais que reduziram a miséria e a desigualdade; que é responsável pela maior parte do crédito imobiliário e foi essencial para o enfrentamento da crise mundial de 2008, ofertando crédito para movimentar a economia”, lembra o coordenador da

Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, Dionísio Reis.

Além da política de redução da instituição financeira, os bancários e trabalhadores em geral têm de estar unidos para enfrentar o desmonte trabalhista (lei 13.467, de 13 de julho de 2017) que alterou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras leis. “É uma mudança a mando dos interesses dos empresários e banqueiros para aumentar seus lucros a custa da exploração dos empregados. É um enorme retrocesso, uma volta às relações de trabalho no final do século

19”, denuncia o diretor do Sindicato Chico Pugliesi. Veja os deputados e senadores que votaram contra seus direitos no bit.ly/ComoVotaram

“Estamos vivendo tempos difíceis. Estamos resistindo e lutando [veja fotos], mas o momento demanda a participação ativa de cada um. E isso inclui os aposentados, que sabem que sem a Caixa não tem Saúde Caixa, não tem Funcef. O acordo de dois anos nos deu um fôlego a mais para enfrentar tudo isso, mas precisamos nos organizar ou veremos o banco ser vendido”, conclama Dionísio.



Luta por Caixa 100% pública e por mais empregos



Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, nos congressos da Caixa e do BB



Marcha em Brasília contra as “reformas” de Temer

Conferência Nacional aprova planos de luta

Com aumento real de 1% definido por acordo de dois anos, bancários farão mobilização em defesa dos bancos públicos e contra a perda de direitos com as reformas trabalhista e da Previdência. Confira itens dos planos de luta definidos na Conferência, que ocorreu entre 28 e 30 de junho, em São Paulo

PRINCIPAIS PONTOS DO DOCUMENTO QUE SERÁ ENTREGUE AOS BANCOS

- ✓ Não à terceirização
- ✓ Não ao contrato temporário
- ✓ Não à contratação de autônomos
- ✓ Não ao contrato intermitente de trabalho
- ✓ Não ao teletrabalho sem negociação com os sindicatos
- ✓ Não ao termo de quitação das obrigações trabalhistas
- ✓ Não à jornada 12 x 36 horas
- ✓ Não ao parcelamento da PLR em mais de duas vezes
- ✓ Manutenção das homologações feitas pelos sindicatos para fiscalizar o devido pagamento dos direitos dos demitidos
- ✓ Não à rescisão do contrato de trabalho em comum acordo, na qual os trabalhadores só perdem
- ✓ Não ao limite à liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores
- ✓ Contra prêmios e bônus que não integrem os salários
- ✓ Garantia dos centros de realocação e requalificação
- ✓ Respeito à jornada de trabalho dos bancários como forma de preservação da saúde
- ✓ CCT válida para todos os trabalhadores dos bancos
- ✓ Que todos os trabalhadores da atividade-fim dos bancos sejam representados pelos sindicatos de bancários
- ✓ Assinatura de termos de responsabilidade por parte do empregador não eximirá o empregados da responsabilidade com a saúde dos trabalhadores
- ✓ Livre acesso dos dirigentes sindicais às agências digitais
- ✓ Garantia da ultratividade (validade) da CCT até a celebração de novo acordo
- ✓ Garantia de que as gratificações de função sejam incorporadas após 10 anos de recebimento

Caixa vive novo período de desmonte

Banco foi sucateado nas gestões de FHC, cresceu sob os governos Lula e Dilma e agora, com o golpista Temer, volta a ser encolhido

A Caixa, que já havia passado por momentos difíceis no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), volta a ser ameaçada após o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff. O governo Temer, que assumiu já em abril (quando a Câmara aprovou o início do processo de impeachment e Dilma foi afastada) interrompeu 12 anos de crescimento contínuo do banco, nas gestões de Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a agosto de 2016). Dados como lucro, número de empregados e operações de crédito mostram isso (veja gráficos ao lado).

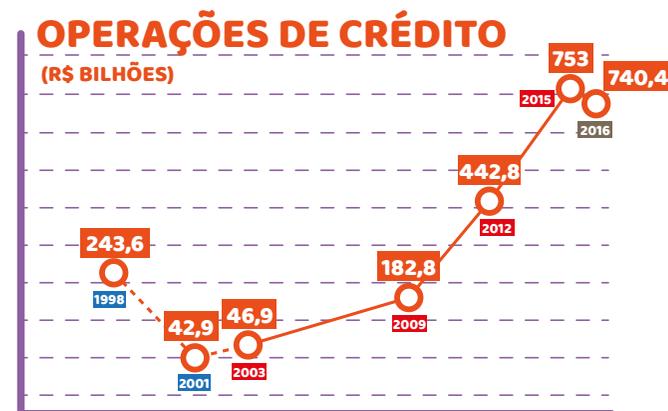
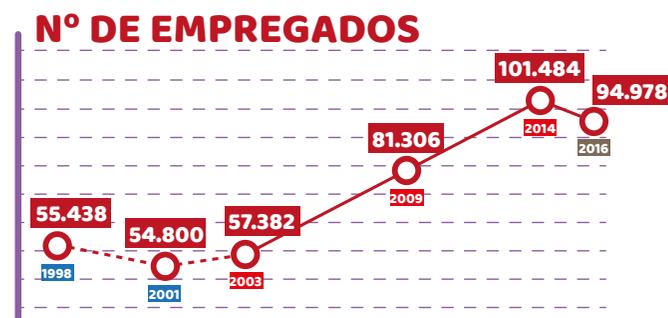
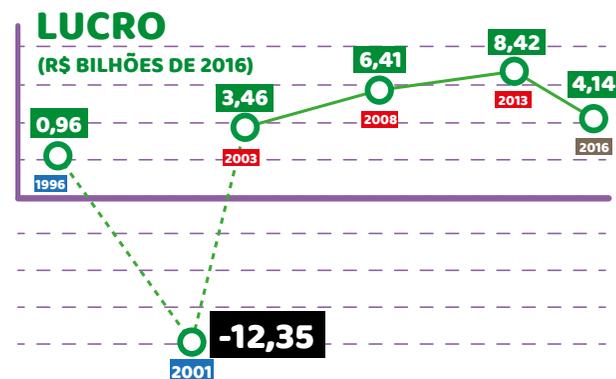
No livro *O Brasil Privatizado* (lançado em 1999 e reeditado em 2014), o jornalista econômico Aloysio Biondi mostra que a Caixa foi transformada numa “lixreira”, usada para “engolir negócio podres” com alto nível de inadimplência ou que nunca seriam pagos. “Na quebra do Banco Econômico, por exemplo, a CEF comprou a carteira imobiliária do banco. Valor: R\$ 1,7 bilhão. Na quebra do Bamerindus, a mesma coisa”, informa o autor.

O resultado disso foi que o banco, após seis anos (1995 a 2000) com uma média de lucro de pouco mais de R\$ 1 bilhão, chegou a um prejuízo de R\$ 12,35 bilhões em 2001, penúltimo ano de governo FHC.

Já ao final do primeiro ano de Lula na presidência, em 2003, o lucro subiu para R\$ 3,46 bilhões. E os resultados foram crescentes – a exceção foi apenas em 2004, com R\$ 2,83 bi – até 2008, quando o lucro alcançou R\$ 6,41 bi.

Mesmo após o início da crise econômica mundial, em 2008, o banco público teve resultados surpreendentes. A presidenta Dilma apostou na redução de juros para ampliar o crédito e a consequência foram lucros de R\$ 7,27 bi, em 2011; R\$ 8,04 bi no ano seguinte; R\$ 8,42 bi em 2013; R\$ 8,34 bi em 2014; e R\$ 7,61 em 2015. O lucro cairia para R\$ 4,14 bi (pouco mais da metade que o resultado anterior) ao final de 2016, ano da crise política que culminaria com Temer na presidência.

“A política adotada por Temer na Caixa é novamente de sucateamento, venda de ativos, descapitalização e corte de postos de trabalho, com extinção de 5.863 empregos em um ano [março de 2016 a março de 2017] e o anúncio de um novo PDVE [Plano de Desligamento Voluntário Especial]. Mais do que nunca é hora de nos mobilizarmos em defesa da Caixa 100% pública”, reforça o coordenador da Comissão de Empresa dos Empregados da Caixa, Dionísio Reis.



■ Governo Fernando Henrique
■ Governos Lula e Dilma
■ Governo Temer

Neoliberalismo fez estragos na década de 90

JAILTON GARCIA



Bancários na luta contra privatizações

Caixa e BB escaparam da venda na década de 1990, mas outros bancos, como o Banespa e o Banerj, e empresas públicas altamente estratégicas para o país, como a mineradora Vale do Rio Doce, foram vendidas. E a “preço de banana”, como denuncia Aloysio Biondi, em *O Brasil Privatizado*.

O programa de desestatização de FHC, segundo Biondi, rendeu ao Brasil um prejuízo de pelo menos R\$ 2,4 bilhões em valores de 1998. E outro ainda maior levando-se em conta o que essas

empresas dariam em receitas e lucros para o país ao longo dos últimos anos: a Vale, por exemplo, foi vendida em 1997 por R\$ 3,3 bi, mas em 2013 alcançou lucro de R\$ 26,7 bi.

“Agora não apenas os bancos públicos como BB, Caixa e BNDES voltam a ser ameaçados pelo projeto neoliberal de Temer, como outras estatais importantes. Mais uma vez temos um governo que tenta acabar com qualquer projeto de soberania nacional”, critica o dirigente Chico Pugliese.